



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0009556-27.2013.8.17.0000 (0314200-5)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: IVÃELIO MENDES DE ALENCAR

PACIENTE: LUIZ CARLOS DOS SANTOS SOUZA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

EMENTA: HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. HOMICÍDIO QUALIFICADO CONSUMADO E HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PLEITO DE FUNDAMENTAÇÃO INSUFICIENTE DO DECRETO PRISIONAL. INOCORRÊNCIA. AMEAÇA À ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. MODUS OPERANDI CRUEL. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. NÃO VERIFICAÇÃO. DEMORA PLURALIDADE DE RÉUS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. DENEGAÇÃO DA ORDEM. DECISÃO UNÂNIME.

- 1. A prisão preventiva se encontra devidamente fundamentada, vez que caracterizada a hipótese autorizadora da garantia da ordem pública, fundada na periculosidade do agente, diante do modus operandi cruel e frio do crime, no qual os acusados perseguiram e alvejaram as vítimas, por motivo de vingança, executando a vítima fatal de forma cruel, com diversos tiros, inclusive à queima roupa.*
- 2. Com fundamento no princípio da razoabilidade, não se pode considerar constrangimento ilegal por excesso de prazo a demora não imputável ao*

juízo, decorrente das circunstâncias do caso concreto, com a pluralidade de réus, conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Ademais, já foi designada audiência de instrução e julgamento para o próximo dia 14/10/2013.

3. *Constrangimento ilegal não configurado. Ordem denegada.*

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* n. 0009556-27.2013.8.17.0000 (0314200-5) em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, denegar a ordem do presente *Habeas Corpus*, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 08 de outubro de 2013.


MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI
Des. RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0009556-27.2013.8.17.0000 (0314200-5)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: IVÃELIO MENDES DE ALENCAR

PACIENTE: LUIZ CARLOS DOS SANTOS SOUZA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus* liberatório, com pedido de liminar, impetrado por IVÃELIO MENDES DE ALENCAR em favor de LUIZ CARLOS DOS SANTOS SOUZA, no qual apontam como autoridade coatora o Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Santa Maria da Boa Vista-PE.

Fundamenta a pretensão à ordem declarando que o paciente se encontra segregado preventivamente desde 07/02/2012, isto é, há mais de 6 (seis) meses, estando à disposição da autoridade coatora nos autos do processo de nº 0001139-59.2011.8.17.1260, no qual é acusado da prática dos crimes previstos no art. 121, § 2º, II e IV (homicídio qualificado) e no art. 121, § 2º, II e IV, c/c o art. 14, II, todos do CPB (tentativa de homicídio qualificado).

Alega o impetrante a ausência de fundamentação idônea da prisão preventiva, vez que o decreto não apontou elementos concretos que indiquem ser o paciente uma ameaça à ordem pública. Argumenta que o juiz fundamentou sua decisão apenas na suposta periculosidade do agente, averiguada somente com base na natureza hedionda do crime, o que é vedado de acordo com a jurisprudência pátria.

Sustenta, ainda, a ocorrência de excesso de prazo na tramitação do feito, argumentando que o paciente se encontra segregado há mais de 6 (seis) meses

e o processo ainda se encontra no seu início, sem que tenha sido realizada a instrução do feito.

Foi negada, às fls. 80/81, a concessão de liminar, pois não restaram comprovados os requisitos de *fumus boni iuris* e *periculum in mora*.

Instada a prestar as informações de estilo, a autoridade apontada coatora relatou às fls. 90/91 todo o andamento do processo, destacando-se que a audiência de instrução e julgamento foi designada para o dia 14/10/2013.

A Procuradoria de Justiça, em parecer ofertado às fls. 97/100, opinou pela denegação da ordem, por entender que, à luz do princípio da razoabilidade, não há que se falar em excesso de prazo, em razão da complexidade do feito devido à pluralidade de réus, e que o decreto de prisão preventiva está devidamente fundamentado, haja vista estarem presentes os requisitos exigidos no art. 312 do CPP.

É O RELATÓRIO.

Recife, 08 de outubro de 2013.


MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI
Des. RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0009556-27.2013.8.17.0000 (0314200-5)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: IVÃELIO MENDES DE ALENCAR

PACIENTE: LUIZ CARLOS DOS SANTOS SOUZA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

O impetrante alega, em síntese, a ausência de fundamentação idônea da prisão preventiva da paciente e a ocorrência de excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal.

Em relação à alegação de ausência de fundamentação idônea do decreto de prisão preventiva, cumpre colar trecho da fundamentação da referida decisão, cuja cópia foi juntada às fls. 29/30, a fim de averiguar se foram preenchidos os requisitos exigidos no art. 312 do CPP:

“A materialidade delitiva restou demonstrada por meio de perícia tanatoscópica acostada às fls. 99/100.

Os indícios de autoria restaram demonstrados pelos depoimentos das testemunhas ouvidas no inquérito policial.

Acusação de tal natureza, sem que se exerça previamente Juízo de mérito, devem ser rigorosamente apuradas, reclamando a instrução, a bem da ordem pública a segregação dos acusados, diante

da periculosidade demonstrada, de acordo com a peça informativa, que seja aquilatada as suas efetivas participações no fato objeto do inquérito policial".

Diante da gravidade do crime hediondo, da crueldade e frieza do *modus operandi* do crime, o qual foi cometido através de emboscada e por vingança, o juízo *a quo* entendeu necessária a segregação da paciente, a fim de acautelar o meio social e a própria credibilidade da Justiça.

Assim, considerando a periculosidade do agente, demonstrada através do *modus operandi* do crime, no qual os acusados perseguiram e alvejaram as vítimas, executando a vítima fatal de forma cruel, com diversos tiros, inclusive à queima roupa.

É evidente, portanto, que o paciente representa um perigo real à ordem pública, de forma que resta inequívoca a necessidade de sua prisão preventiva. No que se refere à necessidade de garantia da ordem pública, o ilustre doutrinador JULIO FABBRINI MIRABETE ensina:

"Embora não se tenha firmado na jurisprudência um conceito estratificado para a expressão "garantia da ordem pública", a periculosidade do réu tem sido apontada como o fator preponderante para a custódia cautelar. (...) Mas o conceito de ordem pública não se limita a prevenir a reprodução dos fatos criminosos, mas também a acautelar o meio social e a própria credibilidade da justiça em face da gravidade do crime ou de sua repercussão. A conveniência da medida, como já se decidiu no STF, deve ser regulada pela sensibilidade do juiz à reação do meio ambiente à ação criminosa. (...) Mas, sem dúvida, está ela [a aplicação da prisão preventiva] justificada no caso de ser o acusado dotado de periculosidade, na perseverança da prática delituosa, quando se denuncia torpeza, perversão, malvadez, cupidez e insensibilidade moral." (MIRABETE, Julio Fabbrini. Processo Penal – 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2002, pg. 385/386).

Com efeito, o juiz de primeira instância sentiu-se satisfatoriamente convencido acerca da necessidade de decretação da medida, tendo fundamentado sua decisão de forma suficiente, segundo as exigências legais previstas no art. 312 e 313 do CPP.

Vale observar que ninguém melhor que o magistrado local para definir se a paciente representa uma ameaça à ordem pública ou à instrução criminal, visto que convive na localidade em que o crime foi praticado e tem contato direto com as testemunhas, as vítimas, a sociedade local e até mesmo com a ré.

No que se refere à alegação de excesso de prazo, tenho que deve ser observado o princípio da razoabilidade, segundo o qual o prazo para a formação da culpa deve ser considerado de acordo com critérios específicos. Assim, não existe um prazo absoluto para o término da instrução processual, devendo ser sempre levadas em consideração as peculiaridades de cada caso.

Com efeito, no presente caso, não se evidencia qualquer atraso para a conclusão da instrução criminal imputável ao juízo, segundo aplicação do princípio da razoabilidade, vez que há pluralidade de réus, que o paciente se encontra preso há pouco mais de 7 (sete) meses e a autoridade apontada coatora tem agido diligentemente na condução do processo, tendo sido designada audiência de instrução e julgamento para o dia 14/10/2013.

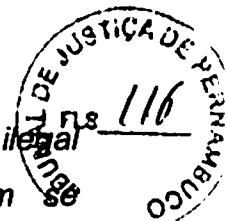
O entendimento do STJ também é no sentido de que não configura constrangimento ilegal o excesso de prazo considerado razoável diante das circunstâncias especiais do caso concreto, como demonstra o seguinte trecho de julgado:

"ALEGADO EXCESSO DE PRAZO PARA O JULGAMENTO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. AUSÊNCIA DE OFENSA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. NÃO CONHECIMENTO DO WRIT.

1. Os prazos indicados na legislação pátria para a finalização dos atos processuais servem como parâmetro geral, não se podendo deduzir o excesso tão somente pela soma aritmética dos mesmos, admitindo-se, em homenagem ao princípio da razoabilidade, certa variação, de acordo com as peculiaridades de cada caso, devendo o constrangimento ser reconhecido como ilegal somente quando o retardo ou a delonga sejam injustificados e possam ser atribuídos ao Judiciário.

2. Evidenciado que o intervalo entre o aforamento do recurso e seu estado atual encontra-se dentro dos critérios da razoabilidade,

não se vislumbra, na espécie, manifesto constrangimento ilegal passível de ser sanado pela via eleita, especialmente em se considerando a quantidade de pena definitivamente irrogada ao condenado.



3. *Habeas corpus* não conhecido". (STJ, HC 265.746/PR, Quinta Turma, Rel. Min. JORGE MUSSI, DJe 24/05/2013).

Dessa forma, fica claro que, segundo entendimento do STJ, não há que se falar em excesso de prazo, quando as circunstâncias do caso concreto tornam razoável certo atraso na tramitação do feito. Não está configurado, portanto, constrangimento ilegal por excesso de prazo a ser sanado através do presente *mandamus*.

Assim, com base nos fundamentos expostos, não há excesso de prazo à luz do princípio da razoabilidade e a segregação cautelar do paciente está imaculadamente bem fundamentada na garantia da ordem pública, diante do *modus operandi* extremamente cruel do crime, não havendo constrangimento ilegal nem outro motivo que justifique a revogação da prisão.

Isto posto, meu voto é no sentido de **denegar** a ordem requerida.

É COMO VOTO.

Recife, 08 de outubro de 2013.


MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI
Des. RELATOR